

Fando 002378



# Relatório da Administração

1988

## **MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA**

Antônio Aureliano Chaves de Mendonça – Ministro de Estado

### **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS**

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

José Eduardo Machado – Presidente

Ney Webster Araujo	Fernando Meirelles de Miranda
Getúlio Lamartine de Paula Fonseca	Hermes Augusto Verner Inda
José Belfort dos Santos Bastos	José Alberto de Assumpção
Rex Nazaré Alves	Paulo Antonio Carneiro Dias

#### **DIRETORIA EXECUTIVA**

José Eduardo Machado – Presidente

Fernando Meirelles de Miranda	José Alberto de Assumpção
Hermes Augusto Verner Inda	Paulo Antonio Carneiro Dias

#### **CONSELHO FISCAL**

#### **EFETIVOS SUPLENTE**

Sérgio Alexandre Barbosa Araújo	Francisco Paulo Pinheiro
Kleber Farias Pinto	Roberto Farias de Menezes
Jeronymo Machado Sobrinho	José Alberto de Hasselmann Rabello

*Senhores Acionistas*

*O Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais submete à apreciação de V.Sas. o Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 1988, essas últimas acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.*

## SÍNTESE DO PERÍODO

A Companhia atravessou o ano de 1988 com todas as suas áreas operacionais em atividade, tendo encerrado o período com recursos em caixa, contas equilibradas e resultado positivo de balanço.

A dívida total da Empresa, aí considerada pelas operações de crédito no Brasil e no exterior, reduziu-se de US\$3,9 para US\$1,6 milhão no correr do exercício, enquanto a parcela do faturamento anual comprometida com o seu resgate, que era de 9% em 1987, caiu para 5% em 1988.

Os índices de Liquidez Geral e de Liquidez Corrente mostram evolução claramente favorável, inclusive em termos de série histórica recente:

	<u>1984</u>	<u>1985</u>	<u>1986</u>	<u>1987</u>	<u>1988</u>
Índice de Liquidez Geral	1,03	1,09	1,20	1,32	1,37
Índice de Liquidez Corrente	1,23	1,28	1,68	1,39	1,76

Na esfera administrativa, cumpre destacar o prosseguimento dos esforços para a redução do excesso de pessoal, o que resultou, em 1988, na diminuição de 352 empregados efetivos da Companhia. Adicionado esse número ao das dispensas verificadas nos últimos quatro anos com o mesmo objetivo, verifica-se um total de 1.326 empregados a menos na folha de pagamento, o que corresponde a uma redução de 35% em relação ao contingente existente em abril de 1985.

Um ponto também relevante no período refere-se ao reencaminhamento ao Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais – CISE, do Plano de Cargos e Salários da Companhia, que estabelece a equiparação dos seus padrões de remuneração aos níveis médios do mercado de trabalho. Esse Plano – preparado originalmente em 1987 e apresentado àquele órgão no primeiro trimestre de 1988 –, foi atualizado através de uma nova pesquisa salarial realizada em novembro último, tendo sido enviado ao CISE para efeito de apreciação.

# PRINCIPAIS ATIVIDADES SETORIAIS

## MAPEAMENTO BÁSICO

O Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil – PLGB se constituiu, pelo quarto ano consecutivo, na mais importante atividade operacional da Companhia, sendo responsável por 50,3% da sua receita em 1988.

Previsto para o período 1985–1999 e com características institucionais – realizado com recursos do Governo Federal, através do Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM –, esse programa tem, por principal objetivo, a produção de um conjunto de informações técnicas absolutamente indispensáveis ao planejamento infra-estrutural do País, tais como mapas geológicos em diversas escalas, levantamentos aerogeofísicos, cartas metalogenéticas e previsionais, mapas de recursos hídricos subterrâneos e um inventário preliminar dos recursos naturais da região do Grande Carajás.

Dentro de tal quadro, os destaques em 1988 foram os seguintes:

### 1 – Mapas Geológicos

- a) Na escala 1:250.000, conclusão de duas folhas (31.764km<sup>2</sup>) nos estados do Pará e Goiás, e continuação de mais 15 folhas (238.235km<sup>2</sup>) nos estados do Pará, Maranhão e Goiás, todas na área do Projeto Grande Carajás;
- b) Na escala 1:100.000, conclusão de 37 folhas (101.625km<sup>2</sup>) nos estados de Rondônia, Roraima, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Goiás, e prosseguimento de mais 38 folhas (103.755km<sup>2</sup>) nos estados do Amazonas, Roraima, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- c) Na escala 1:50.000, conclusão de duas folhas (1.587km<sup>2</sup>) em Minas Gerais e avanço dos trabalhos em mais sete folhas (5.553km<sup>2</sup>) nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

### 2 – Mapas Metalogenéticos e de Previsão de Recursos Minerais

Ao fim de 1988 esse subprograma se encontrava praticamente terminado, faltando a elaboração de apenas cinco folhas, das 140 que o compunham originalmente, para a completa cobertura, em escala 1:250.000, de todo o território brasileiro de formação não-sedimentar.

### 3 – Levantamentos Aerogeofísicos da Amazônia

Foram concluídos os aerolevantamentos nas regiões do Extremo-Noroeste do Brasil (155.000km<sup>2</sup>), Grande Carajás (150.000km<sup>2</sup>) e Médio Tapajós (43.000km<sup>2</sup>). Os trabalhos em questão, que se iniciaram em meados de 1986 e tiveram seus produtos

finais entregues ao DNPM em janeiro de 1989, irão proporcionar valioso conjunto de informações para a orientação de investimentos em pesquisa mineral naquelas áreas do norte do País.

- 4 – Mapas de Previsão de Recursos Hídricos  
Duas folhas situadas no Ceará e no Rio Grande do Sul, correspondentes a 5.460km<sup>2</sup>, tiveram serviços em andamento durante o período. As cartas resultantes serão apresentadas em escala 1:100.000.
- 5 – Sistema de Informações Geológicas do Brasil – SIGA  
Mais 150.000 registros se incorporaram ao SIGA, o que leva a um total presente de 240.000 documentos armazenados em computador. O significado desse número é que a maior parte da memória geológica sistematizada do País já se encontra, hoje, preservada e disponível para pronta utilização em um banco de dados montado pela CPRM, ao qual o público tem acesso por meio da rede telefônica convencional.
- 6 – Cartografia Digital  
Com a utilização do módulo SIPROG do Sistema de Informações em Recursos Naturais – SIR, desenvolvido pela CPRM em 1988, o tratamento e a manipulação de informações cartográficas básicas e temáticas passaram a ser executados com recursos modernos de computação gráfica. O domínio desse patamar tecnológico veio possibilitar a criação e o processamento de novos projetos para uma ampla faixa de clientes da Empresa, notadamente aqueles responsáveis por programas multidisciplinares de grande abrangência, tais como a SUDENE, o PRONI etc.
- 7 – Edições Técnicas  
Deu-se prosseguimento ao programa de publicações técnicas, através da edição de mais 11 títulos de especial interesse para a comunidade mineral brasileira.
- 8 – Treinamento  
A qualidade dos serviços e produtos da CPRM continua assegurada por um vasto programa de aperfeiçoamento de seu quadro profissional. Em 1988, além da instalação de mais um Centro Integrado de Estudos Geológicos – CIEG, em Ouro Preto, Minas Gerais, voltado para a formação específica em Metalogenia, foram realizados 74 eventos de treinamento formal nas diversas unidades administrativas da Empresa.

## **PESQUISA MINERAL**

Durante o período, os trabalhos de pesquisa mineral da CPRM continuaram a se desenvolver em consonância com as seguintes diretrizes básicas:

1. Criterioso trabalho das áreas anteriormente requeridas ao DNPM, objetivando melhor avaliar o patrimônio mineral da Empresa. Como consequência desse trabalho, o número de títulos minerários da CPRM, em 1988, passou de 1.148 para 779, o que equivale a uma redução de 32%. Essa contração se processou pelo descarte de áreas que não confirmaram potenciali-

dade geológico-econômica, tomando, por conseguinte, o atual acervo mineral mais seletivo e melhor qualificado.

2. Sustentação das pesquisas próprias em direção a depósitos minerais primários. A aplicação prática dessa diretriz levou a que as 63 novas áreas requeridas durante o exercício contemplassem exclusivamente situações de mineralização em rocha.

3. Ação interna coordenada entre as áreas de pesquisa mineral e de mapeamento básico, do que vem decorrendo uma atenção crescente para requerimentos de novas áreas em alvos selecionados pelas equipes do PLGB (Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil).

Em termos de operações de campo, tiveram andamento 24 projetos, objetivando ouro (6), fluorita (3), cassiterita (3), metais básicos (2), diamante (2), terras raras (2), metais do grupo da platina (2), turfa (2), fosfato (1) e carvão (1).

Nos prospectos relativos a depósitos auríferos, as melhores perspectivas foram evidenciadas em áreas dos projetos Natividade (Goiás) e Jarú (Rondônia), ambos voltados para ouro primário.

Com relação a metais básicos, merecem realce os resultados obtidos em Palmeirópolis, Goiás, onde as reservas de minério associado a sulfetos polimetálicos se elevaram de 5,7 para 6,2 milhões de toneladas, com teores expressivos de zinco, cobre e chumbo, e secundários de prata, cádmio e enxofre; e em Redenção, região central da Bahia, onde se configuram boas possibilidades para a delimitação de um jazimento de chumbo, encaixado em litologia calcária.

As pesquisas para diamante desenvolveram-se em Rondônia, com animadoras perspectivas iniciais face à identificação de quatro pedras do tipo gema em rocha quimberlítica; e na região nordeste da Bahia, onde os trabalhos de sondagem permitiram estimar reservas de cascalhos diamantíferos com teores promissores atualmente em fase de avaliação.

Os projetos de terras raras estão localizados em Roraima e em Rondônia, e vêm tendo por objeto a investigação detalhada de expressivas anomalias geofísicas e geoquímicas.

As pesquisas de depósitos de turfa conduziram ao bloqueio de novas reservas desse energético no Estado do Rio de Janeiro, na região de Campos (32 milhões de metros cúbicos), e no Rio Grande do Sul, na região de Viamão (16 milhões de metros cúbicos). Em ambos os casos, a turfa poderá ser também aproveitada para fins agrícolas.

Deve ser ainda ressaltado o início dos trabalhos sistemáticos de pesquisa de metais do grupo da platina, em Minas Gerais e Sergipe. Nesse último prospecto, os alvos se apresentam em um contexto geológico particularmente favorável, pois estão localizados no âmbito de mineralização cuproniquelífera.

A fluorita foi pesquisada em Santa Catarina, a cassiterita no Pará e o fosfato na Bahia. Em todos esses casos, os resultados obtidos indicam a necessidade do prosseguimento das investigações para melhores definições geológico-econômicas.

No projeto relativo a carvão, as atividades estiveram restritas à elaboração de relatórios finais de pesquisa, com vistas ao cumprimento de exigências formais do DNPM.

## **SONDAGEM**

Os serviços de sondagem da CPRM perfuraram um total de 32.380 metros, o que significou, em termos de faturamento de 1988, 16,5% da Receita Bruta da Companhia.

Os pontos a ressaltar, no exercício, foram os seguintes:

- a) trabalhos executados para o DNOCS no vale do Gurguéia, Piauí, objetivando o aproveitamento conjunto dos aquíferos das formações Cabeças e Serra Grande, no contexto de um projeto de grande envergadura para suporte de agricultura irrigada;
- b) poço tubular programado para 1.750 metros em Presidente Prudente, São Paulo;
- c) retomada dos trabalhos de sondagem rotativa a diamante para clientes não institucionais, tais como a Urânio do Brasil S/A, DOCEGEO etc.; e
- d) participação efetiva nos projetos de pesquisa própria da Companhia em Sergipe, Goiás e Santa Catarina.

## **HIDROLOGIA**

Tiveram seguimento os trabalhos de operação e manutenção da Rede Hidrometeorológica do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, através dos quais se exerce o controle quantitativo e qualitativo das nossas reservas hídricas de superfície. A rede em questão é constituída por 2.471 estações, e as bacias hidrográficas correspondentes cobrem 83% do território nacional.

Em paralelo, a CPRM também administra um sistema telemétrico com 67 postos de observação ao longo de oito rios da região mais densamente formada do País (São Francisco, Doce, Paraíba, Ribeira do Iguape, Iguaçú, Itajaí, Guaíba e Uruguai), com o objetivo de transmitir dados, em tempo real, ao Sistema Nacional de Alerta contra as Cheias, para acionamento imediato dos núcleos de Defesa Civil quando da iminência de transbordamento dos referidos cursos d'água.

As atividades do setor de hidrologia representaram 15,8% da Receita Bruta da Companhia durante o ano de 1988.

## **NEGOCIAÇÃO DE DIREITOS MINERÁRIOS**

Diversas possibilidades de negócio estiveram em discussão em 1988, com vistas a direitos minerários da carteira de oportunidades da CPRM. Nesse particular, despertaram maior in-



interesse da parte do empresariado os seguintes depósitos e prospectos:

- a) Caulim do rio Capim, no Pará, visitado e amostrado por equipes de duas companhias estrangeiras e uma nacional;
- b) Zinco e associados de Palmeirópolis, em Goiás, objeto de permanente atenção de empresas nacionais produtoras daquele metal;
- c) Diamantes de Santo Inácio, Bahia;
- d) Áreas em pesquisa para platina, em Minas Gerais e Sergipe.

## **SERVIÇOS NO EXTERIOR**

O término dos serviços de Geofísica Aérea atualmente contratados na Líbia foi postergado para o segundo semestre de 1989, tendo em vista que somente em dezembro de 1988 ficaram prontas as imagens de satélite que formam a base para plotagem dos dados aerogeofísicos. Em fevereiro de 1989 será iniciada a fase de processamento final das informações, prevendo-se para outubro a entrega, ao cliente, do relatório definitivo do trabalho.

No decorrer do exercício foram prestadas consultorias técnicas, no campo da pesquisa de ouro em ambiente amazônico, às empresas estatais ECOPETROL, da Colômbia, e CENTRO-MIN, do Peru.

As propostas de serviços colocadas anteriormente em Angola (pesquisa aluvionar de diamante), Moçambique (pesquisa de carvão) e Uruguai (sondagem para captação de água termal) continuaram sendo discutidas no decorrer do ano, com avanços pouco alentadores. No caso específico do Uruguai, a concretização do negócio permanece na dependência do seu financiamento por parte do governo brasileiro, o que parece de difícil realização, pelo menos a curto prazo.

No segundo semestre, representantes credenciados de entidades governamentais da Guiana e do Suriname manifestaram o desejo de contar com a colaboração de profissionais da Companhia para a montagem e execução de programas de exploração mineral naqueles países. No momento, estudam-se fórmulas de participação da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, do Ministério das Relações Exteriores, para que a execução dos trabalhos mencionados obtenha uma perspectiva mais firme de viabilidade.

## **TECNOLOGIA MINERAL**

As gestões para institucionalização definitiva do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM, iniciadas no final de 1985, pela Administração da CPRM, e conduzidas, a partir de então, pelo próprio Ministro das Minas e Energia, chegaram a bom termo em outubro de 1988, através

da aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 7.677, que vinculou aquele centro ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, sob a forma de um Instituto de Pesquisa.

Durante o exercício, o CETEM deu curso a seus programas de beneficiamento de minérios e metalurgia extrativa, de interesse da indústria de mineração em geral.

Nove projetos foram contratados com empresas privadas e estatais da área mínero-metalúrgica, referentes a estudos tecnológicos e serviços de consultoria.

Para a área governamental estiveram em andamento 21 serviços, 14 deles financiados integralmente pelo DNPM e os 7 restantes co-patrocinados por essa entidade e pela FINEP.

## **ASPECTOS FINANCEIROS**

### **ANÁLISE DO RESULTADO**

O lucro líquido de Cz\$195.676 mil alcançado em 1988 – inferior ao do ano passado em termos de moeda constante –, foi negativamente influenciado pelo ajuste do Balanço da Companhia aos efeitos de disposição da nova Constituição da República, a qual determinou, a partir de outubro, um aumento de 1/3 no salário a ser pago aos empregados por ocasião de suas férias regulamentares. Com efeito, somente a provisão necessária à cobertura dessa nova despesa reduziu o resultado do exercício em Cz\$473.000 mil.

Cumpra também assinalar o baixo índice de crescimento das despesas indiretas da Companhia, quando cotejadas com as de 1987: 441% de acréscimo, o que fica consideravelmente abaixo da taxa de inflação de 816%, admitida para o mesmo período.

Vale ainda o registro de que a Empresa continuou honrando com pontualidade todos os seus compromissos no Brasil e no exterior, e conduziu suas operações de variada natureza sem necessidade de amparar-se em qualquer novo financiamento.

## DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Administração está propondo à Assembléia Geral a seguinte distribuição do resultado do exercício:

- I – Constituição da Reserva Legal de 5% do Lucro Líquido, no montante de Cz\$9.783.821,16 (nove milhões, setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e vinte e um cruzados e dezesseis centavos), de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76;
- II – Pagamento de dividendos aos acionistas detentores de ações preferenciais e ordinárias (artigos 202 e 203 da Lei nº 6.404/76 e Artigo 10 § 3º, 4º e 5º do Estatuto da CPRM), na seguinte forma:
  - 1 – 6% sobre sua participação no Capital Social aos detentores de ações preferenciais . . . . . Cz\$ 89.599.249,32
  - 2 – 25% do Lucro Líquido rateados sobre sua participação no Capital Social, aos detentores de ações ordinárias . . . . . Cz\$ 41.475.779,50

Cz\$131.075.028,82
- III – Constituição de Reserva Especial, na forma do Artigo 61 do Estatuto da CPRM, destinada ao custeio de programas de pesquisas e desenvolvimento tecnológico da Companhia, com o saldo remanescente do Lucro Líquido, neste exercício inferior a 0,5% do Capital Social Integralizado corrigido, no valor de Cz\$54.817.573,25 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, quinhentos e setenta e três cruzados e vinte e cinco centavos).

## AUMENTO DE CAPITAL

A Administração propõe que o Capital Social integralizado de Cz\$1.515.981.629,32 (um bilhão, quinhentos e quinze milhões, novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e vinte e nove cruzados e trinta e dois centavos) seja elevado para Cz\$13.887.265.971,23 (treze bilhões, oitocentos e oitenta e sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e um cruzados e vinte e três centavos), mediante a capitalização de Cz\$12.371.284.341,91 (doze bilhões, trezentos e setenta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e um cruzados e noventa e um centavos) decorrentes da "correção monetária do capital", durante o ano de 1988.

Finalmente, a Administração propõe a correção da expressão do Capital Autorizado de Cz\$1.937.825.518,33 (um bilhão, novecentos e trinta e sete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e dezoito cruzados e trinta e três centavos) para Cz\$18.678.958.272,35 (dezoito bilhões, seiscentos e setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e dois cruzados e trinta e cinco centavos).

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho reafirma à Diretoria e a todos os seus auxiliares e companheiros de trabalho a consideração de que são credores, pela dedicação manifestada no integral cumprimento de seus deveres durante o exercício encerrado. Vale-se ainda da oportunidade para agradecer aos senhores acionistas a confiança demonstrada, em especial ao Ministro das Minas e Energia em 1988, Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, e ao Presidente José Carlos Bôa Nova, pelo desempenho da sua administração nos últimos três anos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1989

JOSÉ EDUARDO MACHADO  
Presidente

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## BALANÇO PATRIMONIAL

### ATIVO

(em milhares de cruzados)

	1988	1987	
	Pela Legislação Societária e pela Correção Integral	Pela Legislação Societária atualizada para dezembro de 1988	Pela Legislação Societária
<b>CIRCULANTE</b>			
Bens numerários e depósitos bancários à vista	1.628.635	385.834	42.119
Títulos e valores mobiliários	1.889.414	643.805	70.280
Contas a receber	2.668.069	4.650.852	507.703
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	479.689	327.362	35.736
Financiamentos à pesquisa mineral	192.075	185.639	20.265
Fundo financeiro de pesquisa mineral	267.476	214.605	23.427
Imposto de renda a recuperar	88.320	5.753	628
Adiantamento a fornecedores	276.141	196.733	21.476
Adiantamento para despesas	303.452	302.638	33.037
Outros créditos	11.952	66.368	7.245
Depósitos e cauções	123.748	37.009	4.040
Materiais	538.234	689.169	75.232
Despesas antecipadas	15.172	20.840	2.275
	<u>8.482.377</u>	<u>7.726.607</u>	<u>843.463</u>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	4.806.398	5.602.656	611.605
Provisão para riscos contratuais	( 86.097)	( 81.703)	( 8.919)
Inversões financeiras	1.774	11.872	1.296
Adquirentes de direitos minerais	1.797.542	1.797.542	196.226
Fundo financeiro de pesquisa mineral	1.300.277	1.588.801	173.439
Financiamentos à pesquisa mineral	252.077	252.136	27.524
Direitos minerais a negociar	10	92	10
Outros créditos	38.327	38.676	4.222
Depósitos e cauções	11.048	6.596	720
	<u>8.121.356</u>	<u>9.216.668</u>	<u>1.006.123</u>
<b>PERMANENTE</b>			
Investimentos	184.874	197.694	21.581
Imobilizado	11.078.428	11.393.852	1.243.792
Diferido	3.201.518	3.208.913	350.296
	<u>14.464.820</u>	<u>14.800.459</u>	<u>1.615.669</u>
	<u>31.068.553</u>	<u>31.743.734</u>	<u>3.465.255</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇO PATRIMONIAL

### PASSIVO

(em milhares de cruzados)

	1988	1987	
	Pela Legislação Societária e pela Correção Integral	Pela Legislação Societária atualizada para dezembro de 1988	Pela Legislação Societária
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	421.317	566.179	61.806
Financiamentos a pagar	619.702	1.531.713	167.207
Adiantamentos de clientes	437.419	785.529	85.751
Dividendos a pagar	131.879	166.851	18.214
Impostos e encargos sociais a pagar	741.875	939.655	102.576
Provisão para férias	1.420.744	749.921	81.864
Provisão para contingências	50.000	0	0
Contas e despesas a pagar	444.093	224.324	24.488
Credores por aquisição de direitos minerais	141.197	159.577	17.420
Depósitos e cauções	254.078	228.877	24.985
Provisão para imposto de renda	155.617	194.103	21.189
	<u>4.817.921</u>	<u>5.546.729</u>	<u>605.500</u>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>			
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	4.378.621	3.229.994	352.587
Financiamentos a pagar	653.431	1.084.411	118.378
Impostos e encargos a pagar	0	92.678	10.117
Fundo financeiro de pesquisa mineral	1.641.793	2.104.184	229.700
Créditos para aumento de capital	661.360	777.202	84.842
	<u>7.335.205</u>	<u>7.288.469</u>	<u>795.624</u>
<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<u>257.384</u>	<u>334.635</u>	<u>36.530</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital autorizado atualizado	18.678.958	14.016.989	1.530.146
Menos: Capital a subscrever	( 4.791.692)	( 3.051.351)	( 333.096)
Capital realizado atualizado	13.887.266	10.965.638	1.197.050
Reservas de capital	3.930.141	6.832.228	745.837
Reservas de lucros	840.223	775.622	84.669
Lucros acumulados	413	413	45
	<u>18.658.043</u>	<u>18.573.901</u>	<u>2.027.601</u>
	<u>31.068.553</u>	<u>31.743.734</u>	<u>3.465.255</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
(em milhares de cruzados)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	1988		1987
	Pela Correção Integral	Pela Legislação Societária	Pela Legislação Societária
Receitas de prestação de serviços e de operações de pesquisas	30.896.138	14.113.215	2.238.715
Custo de prestação de serviços e de operações de pesquisas	13.847.382	5.988.325	1.129.545
Lucro bruto	<u>17.048.756</u>	<u>8.124.890</u>	<u>1.109.170</u>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>			
Financeiras (deduzidas de receitas – Cz\$ 3.631.404 mil em 1988 – Cz\$ 350.580 mil em 1987)	76.095	( 1.583.461)	85.791
Ajustes do programa de estabilização econômica	0	0	( 687)
Gerais e administrativas	11.943.745	5.606.595	659.008
Honorários da Diretoria	65.443	34.095	4.785
Perdas nos itens monetários não-remunerados – líquidas	4.613.978	0	0
	<u>16.699.261</u>	<u>4.057.229</u>	<u>748.897</u>
Lucro líquido operacional	349.495	4.067.661	360.273
Receitas (menos despesas) não-operacionais	1.798	10.004	(319)
Lucro (prejuízo) antes do efeito da correção monetária	351.293	4.077.665	359.954
Correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido	0	( 3.726.372)	( 291.465)
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda	351.293	351.293	68.489
Provisão para imposto de renda	( 155.617)	( 155.617)	( 21.189)
Lucro líquido do exercício	<u>195.676</u>	<u>195.676</u>	<u>47.300</u>
Lucro líquido por ação	<u>53,32</u>	<u>53,32</u>	<u>12,88</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*



**DEMONSTRAÇÃO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS**  
(em milhares de cruzados)

	Em 31 de dezembro de 1988		Em 31 de dezembro de 1987
	Pela Correção Integral	Pela Legislação Societária	Pela Legislação Societária
<b>APLICAÇÕES DOS RECURSOS</b>			
<b>Aumento do realizável a longo prazo</b>			
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral – financiamentos	29.471	11.809	4.428
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	3.489.294	1.843.786	196.466
Financiamentos a pesquisa mineral	16.622	6.749	0
Outros	33.678	12.261	5.378
	<u>3.569.065</u>	<u>1.874.605</u>	<u>206.272</u>
<b>Redução do exigível a longo prazo</b>			
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral	240.459	181.185	25.563
Financiamentos – Transferências para o circulante	579.506	579.506	192.846
Impostos e encargos – Transferências para o circulante	0	0	13.074
Outros	72.410	41.701	3.060
	<u>892.375</u>	<u>802.392</u>	<u>234.543</u>
<b>Aumento do ativo permanente</b>			
Imobilizado	1.288.402	591.358	103.929
Diferido	307.779	135.854	12.936
	<u>1.596.181</u>	<u>727.212</u>	<u>116.865</u>
Dividendos propostos	<u>131.075</u>	<u>131.075</u>	<u>17.760</u>
<b>Total das aplicações</b>	<u><u>6.188.696</u></u>	<u><u>3.535.284</u></u>	<u><u>575.440</u></u>
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<u><u>1.484.578</u></u>	<u><u>3.426.493</u></u>	<u><u>68.158</u></u>
<b>VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE</b>			
<b>Ativo circulante:</b>			
No início do exercício	7.726.607	843.463	416.448
No fim do exercício	8.482.377	8.482.377	843.463
	<u>755.770</u>	<u>7.638.914</u>	<u>427.015</u>
<b>Passivo circulante:</b>			
No início do exercício	5.546.729	605.500	246.643
No fim do exercício	4.817.921	4.817.921	605.500
	<u>( 728.808)</u>	<u>4.212.421</u>	<u>358.857</u>
<b>Aumento do capital circulante líquido</b>	<u><u>1.484.578</u></u>	<u><u>3.426.493</u></u>	<u><u>68.158</u></u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DOS RECURSOS**  
(em milhares de cruzados)

	Em 31 de dezembro de 1988		Em 31 de dezembro de 1987
	Pela Correção Integral	Pela Legislação Societária	Pela Legislação Societária
<b>ORIGENS DOS RECURSOS</b>			
<b>Das operações</b>			
Lucro líquido do exercício	195.676	195.676	47.300
Mais: Encargos que não representam saída de recursos			
Depreciação e amortização	1.219.751	524.300	79.031
Variações monetárias de financiamentos a longo prazo	0	1.114.558	231.920
Perda na dívida a longo prazo	149.899	0	0
Correção monetária de impostos e encargos a longo prazo	0	( 10.117)	17.893
Correção monetária (patrimônio líquido menos ativo permanente)	0	3.726.371	291.465
Provisão para riscos contratuais – longo prazo	160.467	77.178	7.495
	<u>1.725.793</u>	<u>5.627.966</u>	<u>675.104</u>
<b>Menos: Receitas que não representam ingresso de recursos:</b>			
Correção monetária de ativos realizáveis a longo prazo	0	(4.882.469)	(635.913)
Ganho líquido em ativos e passivos monetários a longo prazo	(6.376.995)	0	0
	<u>(4.651.202)</u>	<u>745.497</u>	<u>39.191</u>
<b>Mais: Variação de resultado de exercícios futuros</b>	<u>( 77.253)</u>	<u>220.854</u>	<u>2.449</u>
	<u>(4.728.455)</u>	<u>966.351</u>	<u>41.640</u>
<b>Dos acionistas</b>			
Créditos para aumento de capital	<u>2.025.740</u>	<u>576.518</u>	<u>42.228</u>
<b>De outras fontes</b>			
<b>Aumento do exigível a longo prazo:</b>			
<b>Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral</b>			
Pesquisas com cláusula de risco	36.092	13.786	107.821
Pesquisas sem cláusula de risco	12	3	43
Outros	189.141	89.775	80.884
	<u>225.245</u>	<u>103.564</u>	<u>188.748</u>
<b>Recursos para projetos de pesquisa e avaliação de substâncias minerais</b>			
Recursos recebidos	8.757.426	4.158.007	249.500
Despesas administrativas	( 157.610)	( 72.609)	( 13.868)
Encargos financeiros	( 27.114)	( 18.198)	( 3.320)
Outros	( 35)	( 18)	( 2.461)
	<u>8.572.667</u>	<u>4.067.182</u>	<u>229.851</u>
Financiamentos	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>12.118</u>
Subvenções – Recursos do Programa de Mobilização Energética	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>99</u>
Baixa de itens do ativo imobilizado	<u>445.309</u>	<u>185.828</u>	<u>51.262</u>
<b>Redução do realizável a longo prazo:</b>			
<b>Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral – transferência p/circulante</b>			
Financiamento à pesquisa mineral – transferência p/circulante	263.454	251.095	20.750
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais – transferência p/circulante	175.649	174.769	16.624
Outros	313.343	313.343	0
	<u>361.075</u>	<u>315.685</u>	<u>40.278</u>
	<u>1.113.521</u>	<u>1.054.892</u>	<u>77.652</u>
Impostos e encargos a longo prazo	<u>19.247</u>	<u>7.442</u>	<u>0</u>
<b>Total das origens</b>	<u><u>7.673.274</u></u>	<u><u>6.961.777</u></u>	<u><u>643.598</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1988 E 1987  
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA  
(em milhares de cruzados)**

	Capital realizado atualizado		Reservas de capital					Reservas de lucros					Total
	Capital subscrito	Correção monetária	Correção monetária do ativo imobilizado	Manutenção do capital de giro	Ações adquiridas em Tesouraria	Incentivos fiscais	Legal	Lucros a realizar	Desenvolvimento tecnológico	Retenção de lucro	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 1986	161.625	111.871	10.866	62.002	( 2)	623.150	4.432	747	11.849	-	-	10	986.550
Aumento de capital com incorporação de reservas – AGO de 24 de abril de 1987	111.871	(111.871)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Subvenções recebidas da União	-	-	-	-	-	99	-	-	-	-	-	-	99
Correção monetária	-	923.554	36.693	209.372	( 6)	1.427.678	14.966	2.520	40.013	-	-	35	2.654.825
Reversão de reserva de subvenções	-	-	-	-	-	(1.643.413)	-	-	-	-	-	-	(1.643.413)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.300	47.300
Destinação do lucro líquido:													
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	2.365	-	5.985	21.190	( 29.540)	0
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	( 17.760)	( 17.760)
Saldos em 31 de dezembro de 1987	273.496	923.554	47.559	271.374	( 8)	407.514	19.398	5.632	51.862	5.985	21.190	45	2.027.601
Aumento de capital com incorporação de reservas – AGO de 27 de abril de 1988	1.242.486	( 923.553)	(47.559)	(271.374)	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Incentivos fiscais – Imposto de renda	-	-	-	-	-	-	7.726	-	-	-	-	-	7.726
Grupamento de frações de ações	-	-	-	-	-	-	( 329)	-	-	-	-	-	( 329)
Correção monetária	-	12.371.283	-	-	(62)	3.325.462	170.440	45.957	423.228	48.844	172.924	368	16.558.444
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195.676	195.676
Destinação do lucro líquido:													
Constituição de reservas (Nota 16)	-	-	-	-	-	-	-	9.784	-	54.817	-	( 64.601)	0
Dividendos propostos (Nota 14)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.075)	( 131.075)
Saldos em 31 de dezembro de 1988	1.515.982	12.371.284	0	0	(70)	3.732.976	197.235	61.373	475.090	109.646	194.114	413	18.658.043

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1988  
PELA CORREÇÃO INTEGRAL  
(em milhares de cruzados)**

	Reservas de capital					Reservas de lucros						
	Capital realizado atualizado	Correção monetária do ativo imobilizado	Manutenção do capital de giro	Ações adquiridas em Tesouraria	Subvenções	Incentivos fiscais	Legal	Lucros a realizar	Desenvolvimento tecnológico	Retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 1987	10.965.638	435.683	2.485.945	(70)	3.732.976	177.694	51.589	475.090	54.829	194.114	413	18.573.901
Aumento de capital com incorporação de reservas – AGO de 27 de abril de 1988	2.921.628	(435.683)	(2.485.945)	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Incentivos fiscais – Imposto de renda	-	-	-	-	-	20.720	-	-	-	-	-	20.720
Grupamento de frações de ações	-	-	-	-	-	( 1.179)	-	-	-	-	-	( 1.179)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195.676	195.676
Destinação do lucro líquido:												
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	9.784	-	54.817	-	( 64.601)	0
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.075)	( 131.075)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 1988</b>	<b>13.887.266</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(70)</b>	<b>3.732.976</b>	<b>197.235</b>	<b>61.373</b>	<b>475.090</b>	<b>109.646</b>	<b>194.114</b>	<b>413</b>	<b>18.658.043</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM é uma sociedade por ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764 de 15 de agosto de 1969 e vinculada ao Ministério das Minas e Energia. A CPRM tem por objeto social:

- a) Estimular o descobrimento e intensificar o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do Brasil;
- b) Orientar, incentivar e cooperar com a iniciativa privada na pesquisa e em estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos;
- c) Suplementar a iniciativa privada, em ação estritamente limitada ao campo da pesquisa dos recursos minerais e hídricos;
- d) Dar apoio administrativo e técnico aos órgãos integrantes do Ministério das Minas e Energia;
- e) Incentivar a lavra mineral, mediante associação com cessionários de seus trabalhos de pesquisa.

## NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E EFEITOS DA INFLAÇÃO

- a) Pela Legislação Societária  
As demonstrações financeiras estão elaboradas e apresentadas com a observância dos dispositivos constantes da Lei nº 6.404/76, complementados pelas disposições emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com observância das diretrizes contábeis descritas na NOTA 3.

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras estão reconhecidos no resultado do exercício, mediante:

– Correção monetária dos elementos componentes do ativo permanente e do patrimônio líquido, com base nas variações de valor da OTN – Obrigação do Tesouro Nacional.

– Atualização monetária dos direitos e obrigações sujeitos, legal ou contratualmente, à correção monetária ou à variação cambial.

b) **Pela Correção Integral**

No exercício findo em 31 de dezembro de 1988 a Companhia está apresentando pela primeira vez as demonstrações financeiras complementares ajustadas pelos efeitos da inflação, sob o título "Pela Correção Integral", de acordo com os dispositivos da Instrução CVM nº 64 de 19 de maio de 1987.

Esse procedimento foi adotado pela primeira vez em 1988 porque, de acordo com o disposto no artigo 21 da referida Instrução, era facultativa a sua aplicação em 1987 (primeiro exercício de sua vigência), para as companhias abertas com valores mobiliários admitidos à negociação exclusivamente no mercado de balcão.

As referidas demonstrações financeiras complementares têm o propósito de, gradativamente, melhorar as informações postas à disposição dos usuários.

Os principais critérios adotados na elaboração dessas demonstrações são:

**ÍNDICE DE CORREÇÃO:**

As atualizações monetárias foram calculadas tomando-se como base a variação do valor mensal da OTN.

**BALANÇO PATRIMONIAL:**

O ativo permanente, o patrimônio líquido e as contas sujeitas à correção monetária ou à variação cambial estão atualizados até dezembro de 1988. As demais contas foram mantidas pelos valores originais, por estarem de acordo com o poder aquisitivo da moeda de dezembro de 1988 ou por apresentarem prazos de formação ou realização inferiores a 90 dias. Por esse motivo, os saldos dos ativos e dos passivos de 31 de dezembro de 1988 "Pela Legislação" são os mesmos dos "Pela Correção Integral".

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:**

As contas são atualizadas monetariamente, a partir do mês seguinte ao de sua contabilização, com base na variação da OTN, ajustadas e complementadas pelos seguintes aspectos:

– Os encargos por depreciação e amortização são apurados em registros auxiliares em OTN, convertidos para cruzados pela OTN da data do balanço.

– Os ganhos e perdas por inflação, calculados com base na variação da OTN sobre os saldos iniciais de cada mês dos passivos e ativos monetários que geram despesas e receitas financeiras nominais, são considerados como redutores das respectivas contas de resultado.

– As perdas e os ganhos por inflação, calculados com base na variação da OTN sobre os saldos iniciais de cada mês dos demais itens monetários, são considerados em conta específica do resultado operacional sob a titulação de “Perdas nos itens monetários não-remunerados, líquidas”, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Cz\$ mil</u>
– Perdas nos itens monetários	
Disponibilidades	483.056
Contas a receber	8.546.733
Financiamentos a receber	890.371
Adiantamentos para despesas	780.790
Fundo financeiro de pesquisa mineral	3.553.880
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	14.077.691
Outros direitos	4.279.324
	<u>32.611.845</u>
– Ganhos nos itens monetários	
Fornecedores	1.126.291
Adiantamentos de clientes	878.013
Impostos e encargos sociais	1.189.762
Dividendos	140.338
Provisões	2.835.221
Créditos para aumento de capital	1.975.555
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	11.667.930
Fundo financeiro de pesquisa mineral	3.889.431
Outras obrigações	4.295.326
	<u>27.997.867</u>
– Valor líquido	<u>4.613.978</u> =====

#### DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS E DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Os valores dessas demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 1988, estão apresentados em moeda de dezembro de 1988.

### NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- a) Os títulos e valores mobiliários estão registrados ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até a data do balanço.
- b) A provisão para créditos de liquidação duvidosa está calculada em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.
- c) Os financiamentos a empresas de mineração para aplicação em empreendimentos específicos de pesquisa mineral, quando concedidos sem cláusula de risco, são registrados em contas do ativo circulante e/ou do ativo realizável a longo prazo; quando a CPRM participa do risco da pesquisa, são registrados em conta do ativo realizável a longo prazo, até que seja apurado o resultado final da pesquisa.
- d) Os custos com pesquisas próprias são acumulados em conta do ativo circulante e/ou realizável a longo prazo, até o conhecimento do resultado da pesquisa. No caso de pesquisas bem-sucedidas, os direitos minerais relativos às jazidas são negociados pela CPRM. Os custos das pesquisas malsucedidas são lançados à despesa do exercício em que o resultado negativo da pesquisa é conhecido.
- e) Os materiais em almoxarifado estão, em geral, registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao de reposição.
- f) A provisão para riscos contratuais está constituída com base na estimativa das perdas potenciais que possam ocorrer nas operações de financiamentos com cláusula de risco concedidos pela Companhia às empresas de mineração.
- g) As inversões financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionais ao tempo decorrido até o final do exercício.
- h) Os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente.
- i) Os bens componentes do ativo imobilizado em uso estão registrados ao valor de aquisição, incorporação e/ou construção e corrigidos monetariamente.
- j) As depreciações dos bens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, em função do tempo de vida útil dos bens, e corrigidas monetariamente. As maiores taxas de depreciação praticadas pela CPRM são as seguintes:

Imóveis	4%	a.a.
Equipamentos:		
Operação	5%	a.a.
Transporte	10%	a.a.
Diversos	10%	a.a.

No exercício de 1988 foi contabilizada uma parcela de depreciação de Cz\$518.295 mil (Cz\$79.022 mil em 1987), apropriada aos custos operacionais, administrativos e de pesquisas próprias, com base na aplicação dos bens componentes do ativo imobilizado.



- l ) As imobilizações em curso estão registradas ao custo corrigido.
- m) O diferido está registrado ao custo corrigido monetariamente.
- n) A provisão para imposto de renda é reconhecida pelo valor total do imposto devido, sem exclusão das parcelas referentes aos incentivos fiscais previstos na legislação em vigor. Essas parcelas de incentivos fiscais são contabilizadas em conta de ativo circulante, em contrapartida de conta de reserva de capital, à medida em que vão sendo pagas as parcelas correspondentes do imposto devido.
- o) A provisão de Cz\$28.041 mil para o pagamento da contribuição social instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, foi constituída à alíquota de 8% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação, sendo contabilizada a débito de despesas gerais e administrativas.
- p) A provisão para contingências, no valor de Cz\$50.000 mil, foi constituída em 1988 para fazer face a possíveis perdas que possam ocorrer em consequência do julgamento de ações trabalhistas em curso contra a Companhia.

#### NOTA 4 – CONTAS A RECEBER

	Pela Legislação Societária Cz\$ mil	
	31.12.88	31.12.87
Serviços faturados e a faturar	2.258.368	305.165
Outros valores a receber	471.484	211.916
	2.729.852	517.081
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	( 61.783)	( 9.378)
	<u>2.668.069</u>	<u>507.703</u>
	=====	=====

#### NOTA 5 – MATERIAIS

	Pela Legislação Societária Cz\$ mil	
	31.12.88	31.12.87
Almoxarifado	427.187	63.233
Minérios de lavra experimental	111.047	11.999
	<u>538.234</u>	<u>75.232</u>
	=====	=====

## NOTA 6 – ADQUIRENTES DE DIREITOS MINERAIS – LONGO PRAZO

Sob esse título estão registrados os créditos a receber da Companhia Energética de São Paulo – CESP provenientes da cessão de direitos minerais efetuada, em caráter irrevogável e irretratável, pela CPRM, nos termos definidos na “Escritura de Cessão de Direitos Minerais” firmada entre as partes em 24 de setembro de 1986.

Os direitos minerais cedidos à CESP são resultantes de pesquisas bem-sucedidas de “turfa”, realizadas pela Companhia, em uma área de 2.730 hectares do “Projeto Caçapava”, localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa já foram aprovados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM.

As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL 1.297/73 e DL 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética.

Os créditos são corrigidos monetariamente com base na variação da OTN. O montante da correção monetária em 1988 foi de Cz\$1.601.316 mil, creditado à conta de Receitas financeiras (1987 – Cz\$151.393 mil).

## NOTA 7 – IMOBILIZADO

	Pela Legislação Societária Cz\$ mil	
	31.12.88	31.12.87
Imóveis	4.822.189	297.430
Equipamentos:		
Operação	12.151.484	1.757.684
Transporte	2.011.504	182.433
Diversos	1.817.112	251.762
Direito do uso de telefone	53.645	5.365
Documentação, museus e objetos de arte	128.919	11.178
	20.984.853	2.505.852
Depreciações acumuladas	(11.040.327)	(1.434.402)
	9.944.526	1.071.450
Imobilizações em curso	1.133.902	172.342
	11.078.428	1.243.792
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 1988, equipamentos e instalações no valor de aproximadamente Cz\$2.093.959 mil (31.12.87 – Cz\$391.090 mil) encontravam-se fora de uso temporariamente e tiveram suas depreciações descontinuadas.

## NOTA 8 – DIFERIDO

Refere-se a gastos com pesquisas de substâncias minerais, realizados com recursos provenientes do Programa de Mobilização Energética, nos termos de convênios firmados com a Secretaria Geral do Ministério das Minas e Energia.

Esses gastos são acumulados até o conhecimento do resultado das respectivas pesquisas. No caso de pesquisas bem-sucedidas, os direitos minerais relativos às jazidas são negociados pela CPRM e os correspondentes gastos computados no resultado do exercício. No momento em que o resultado negativo das pesquisas é conhecido, os gastos acumulados são eliminados contra os correspondentes recursos, recebidos da União, registrados em conta de "Reserva de Subvenções".

## NOTA 9 – FINANCIAMENTOS A PAGAR

	Pela Legislação Societária			
	Cz\$ mil			
	31.12.88		31.12.87	
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>
Em moeda nacional (1)	35.267	—	59.904	4.000
Em moeda estrangeira (2)	<u>584.435</u>	<u>635.431</u>	<u>107.303</u>	<u>114.378</u>
	<u>619.702</u>	<u>635.431</u>	<u>167.207</u>	<u>118.378</u>
	=====	=====	=====	=====

(1) Sujeitos a juros de 12% ao ano e correção monetária calculada de acordo com a variação de valor da OTN. O prazo final de resgate é 1989.

(2) Correspondem a US\$1,583 mil em 31.12.88 (US\$3,068 mil em 31.12.87). Estão sujeitos às seguintes taxas anuais de juros:

- 4%, 8% e 18,50%
- 0,875% acima da Libor (London Interbank Offered Rate)
- 7,75% e 2% acima da Prime Rate adotada pela instituição financeira.

As amortizações far-se-ão até 1990.

Em garantia dos financiamentos foram oferecidos: caução de títulos, aval do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e alienação fiduciária dos bens.

## NOTA 10 – FUNDO FINANCEIRO DE PESQUISA MINERAL

Nos termos dos Decretos-lei nºs 1.297/73 e 1.387/75, os recursos da União provenientes desse fundo, bem como as receitas financeiras eventuais correspondentes, destinam-se à aplicação em pesquisas próprias e em financiamentos a empresas de mineração para pesquisas geológicas e tecnológicas de substâncias minerais. As aplicações e a forma de retorno desses recursos estão apresentadas no balanço, como segue:

- a) Em contas do ativo circulante e realizável a longo prazo, pelos valores desembolsados ou custos incorridos, segundo procedimentos descritos na Nota 3, itens c) e d).
- b) Em contas do passivo exigível a longo prazo, pelo registro dos recursos recebidos e receitas correspondentes, menos as aplicações, os encargos e as despesas de administração, em subcontas específicas do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral.

Os valores apresentados nas contas do ativo circulante, realizável a longo prazo e exigível a longo prazo, dependendo do resultado da pesquisa, são aplicados como segue:

**Pesquisas bem-sucedidas:**

Os valores correspondentes, registrados nas contas específicas do exigível a longo prazo, são transferidos para uma conta de "Crédito da União para futuro aumento de capital".

**Pesquisas malsucedidas:**

Os valores correspondentes, registrados nas contas do ativo (circulante e realizável a longo prazo) e exigível a longo prazo, são eliminados entre si.

#### NOTA 11 – PESQUISA E AVALIAÇÃO DE DEPÓSITOS DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS

Os convênios firmados de 1981 a 1987 entre a Companhia e a Secretaria Geral do Ministério das Minas e Energia – MME, bem como a Lei nº 7.632/87, estabeleceram as condições de repasses, à CPRM, dos recursos orçamentários consignados no orçamento da União, para aplicações em projetos de pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais. As aplicações são feitas em pesquisas próprias e em financiamentos a empresas de mineração, sendo registradas no ativo circulante e no realizável a longo prazo, pelos valores desembolsados ou pelos custos incorridos, segundo procedimentos descritos na Nota 3 – itens c) e d). Os rendimentos de juros e correção monetária dos financiamentos concedidos, bem como os rendimentos das aplicações financeiras temporárias de recursos, são computados no resultado da CPRM.

#### NOTA 12 – CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

O montante apresentado sob esse título está composto como segue:

	<u>Pela Legislação Societária (Cz\$ mil)</u>	
	<u>31.12.88</u>	<u>31.12.87</u>
União – Lei nº 7.632/87 (*)	576.507	–
União – Lei nº 7.544/86 (*)	19.500	19.500
União – Lei nº 7.420/85 (*)	64.500	64.500
União – Lei nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75	764	753
União – Lei nº 5.874/73	62	6
Outros	<u>27</u>	<u>83</u>
	<u><u>661.360</u></u>	<u><u>84.842</u></u>

(\*) – Referem-se a recursos recebidos pela CPRM nos exercícios de 1986, 1987 e 1988, nos termos da Lei nº 7.420 de 17 de dezembro de 1985, da Lei nº 7.544 de 03 de dezembro de 1986 e da Lei nº 7.632 de 03 de dezembro de 1987, que estabeleceram o Orçamento Geral da União para os exercícios financeiros de 1986, 1987 e 1988. Esses recursos deverão ser considerados como aumento da participação da União em futuro aumento de capital da CPRM.

### NOTA 13 – RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Sob esse título estão registradas as receitas de Cz\$653.446 mil (Cz\$78.857 mil em 1987), deduzidas dos correspondentes custos de Cz\$396.062 mil (Cz\$42.327 mil em 1987), referentes a contratos de empreitadas de serviços cuja execução será feita a longo prazo. As receitas e os custos vêm sendo apropriados ao resultado em função da efetiva execução física das obras, em obediência ao regime de competência.

### NOTA 14 – CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

Em 31 de dezembro de 1988 o Capital Social Integralizado está representado por 3.669.732 ações (3.670.952 em 1987), sendo 3.275.119 ordinárias (3.275.547 em 1987) e 394.613 preferenciais (395.405 em 1987), todas nominativas e sem valor nominal. As ações ordinárias têm direito a voto e são inconversíveis em ações preferenciais. As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias, não dão direito a voto, mas garantem prioridade no caso de reembolso do capital e na distribuição de dividendo mínimo de 6% sobre o valor da respectiva participação no capital. As ações preferenciais participarão, não cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos dividendos quando superiores ao percentual mínimo que lhes é assegurado. As transferências de ações de propriedade da União e a subscrição, por outros acionistas, de aumentos de capital, não poderão importar em reduzir a menos de 51% a participação da União no capital votante. Os acionistas terão direito a dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações.

O dividendo proposto no exercício de 1988 é demonstrado como segue:

	<u>Cz\$ mil</u>
Lucro líquido do exercício	195.676
Menos: Reserva legal	9.784
	<hr/>
Lucro básico ajustado para cálculo do dividendo, conforme estatutos	185.892
	<u>=====</u>

O dividendo obrigatório pode ser demonstrado como segue:

	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>
	<u>Cz\$ mil</u>	<u>Cz\$ mil</u>	<u>Cz\$ mil</u>
Com base no lucro ajustado 25% de Cz\$185.892 mil	41.476	4.997	46.473
Parcela complementar, para destinar aos acionistas preferenciais um dividendo mí- nimo na base de 6% sobre o valor da respectiva partici- pação no capital corrigido mo- netariamente	<u>0</u>	<u>84.602</u>	<u>84.602</u>
	<u>41.476</u>	<u>89.599</u>	<u>131.075</u>
Dividendo proposto	<u>41.476</u>	<u>89.599</u>	<u>131.075</u>
Dividendo por ação – Cz\$	<u>12,663</u>	<u>227,056</u>	

#### NOTA 15 – RESERVA DE CAPITAL – SUBVENÇÕES

Como “Reserva de Subvenções” estão apresentados os valores recebidos da União e aplicados no Programa de Mobilização Energética, conforme convênios firmados entre a Secretaria Geral do Ministério das Minas e Energia e a Companhia. A contrapartida desses valores está debitada parte ao diferido – Cz\$3.047.138 mil (Cz\$332.646 mil em 31.12.87) e parte ao imobilizado – Cz\$685.838 mil (Cz\$74.868 mil em 31.12.87).

Em 1987, com base em estudos e conclusões das áreas técnicas da Companhia, foram baixados contra a reserva os custos acumulados no ativo diferido referentes a pesquisas que foram consideradas malsucedidas, no montante de Cz\$1.643.413 mil.

#### NOTA 16 – RESERVAS DE LUCROS

- a) A Reserva Legal é constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social corrigido monetariamente (Artigo 193 da Lei nº 6.404/76).
- b) A Reserva de Lucros a Realizar foi constituída em 1986, conforme facultado pelo Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, com base em parcela do lucro líquido do exercício decorrente de lucro em cessão de direitos minerais, que são realizáveis a longo prazo. Essa reserva tem o objetivo de equalizar o pagamento de dividendos relativos a lucros economicamente existentes, mas ainda não-financeiramente realizados, com a sua realização. Quando realizados, serão revertidos para os lucros acumulados e computados na base de cálculo do dividendo estatutário obrigatório. Em 1987 e 1988 não houve realização financeira do lucro que deu origem à constituição da reserva.

c) A Reserva de Desenvolvimento Tecnológico é constituída com base no Artigo 61 dos Estatutos Sociais da Companhia, na base de 0,5% do capital social corrigido monetariamente. É destinada ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Companhia. O saldo acumulado dessa reserva não poderá exceder de 5% do capital social integralizado. Em 1988, o montante a ser apropriado à reserva atingiria Cz\$69.436 mil, no entanto, o lucro líquido remanescente após a apropriação da reserva legal e a proposição dos dividendos só permitiu a apropriação do valor de Cz\$54.817 mil.

d) A Reserva de Retenção de Lucros foi constituída em 1987 com fundamento no Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de permitir à Companhia a manutenção de recursos para fazer face ao programa de investimentos em capital fixo previsto no orçamento denominado PDG – Programa de Dispêndios Globais, aprovado pela SEST, para o exercício de 1988, em 14 de dezembro de 1987.

As parcelas de reservas de lucros constituídas no exercício foram as seguintes:

	<u>Cz\$ mil</u>
Reserva legal	9.784
Reserva de desenvolvimento tecnológico	<u>54.817</u>
	<u>64.601</u>
	=====

#### NOTA 17 – DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>Pela Legislação Societária</u> <u>Cz\$ mil</u>	
	<u>31.12.88</u>	<u>31.12.87</u>
<b>Despesas:</b>		
Variações cambiais e monetárias	1.916.190	377.907
Juros e outras	<u>131.753</u>	<u>58.464</u>
	<u>2.047.943</u>	<u>436.371</u>
<b>Receitas:</b>		
Variações cambiais e monetárias	3.620.949	344.874
Juros e outras	<u>10.455</u>	<u>5.706</u>
	<u>3.631.404</u>	<u>350.580</u>
<b>Valor líquido (1988 – receita e 1987 – despesa)</b>	<u>1.583.461</u>	<u>85.791</u>
	=====	=====

## NOTA 18 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 1988 a maior e a menor remuneração mensal paga a empregados ocupantes de cargos permanentes foi de Cz\$1.361 mil e Cz\$40 mil, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração mensal paga no exercício de 1988 correspondeu a Cz\$1.500 mil.

## NOTA 19 – COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos. Os principais seguros mantidos pela Companhia são os seguintes em 31 de dezembro de 1988:

<u>Modalidade</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor Segurado</u>	<u>Cz\$ mil</u>
Incêndio	Edifícios	824.279	
Incêndio	Máquinas e Equipamentos	2.963.808	
Incêndio	Estoques de Materiais	440.813	

## NOTA 20 – EVENTO SUBSEQÜENTE

Em 15 de janeiro de 1989 o Presidente da República baixou a Medida Provisória nº 032 que, entre outras providências, instituiu o cruzado novo, determinou o congelamento de preços e salários e estabeleceu normas para desindexação da economia. Foi também determinada a desvalorização da moeda nacional em aproximadamente 17%. A Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, aprovou as principais providências estabelecidas pela referida Medida Provisória.

Os efeitos da aplicação da Medida Provisória, no Resultado da CPRM em 1989, estão representados principalmente pela deflação de débitos e créditos naquela data, pelos ganhos e perdas com obrigações a receber e a pagar com variação cambial e pela correção monetária especial do ativo permanente e do patrimônio líquido.

A CPRM está procedendo ao levantamento dos valores dos efeitos supra-referidos, os quais, se forem relevantes, serão objeto de divulgação, em separado, nos mesmos jomais em que forem publicadas as suas demonstrações financeiras, conforme permitido pelo Artigo 4º, inciso III, da Deliberação CVM nº 72 de 02 de fevereiro de 1989.

JORGE DE SOUZA COSTA  
Contador CRC-RJ14061-4-T-DF  
CPF-024170617-68



# PARECER DOS AUDITORES

Ilmos. Srs.  
Diretores da  
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM levantado em 31 de dezembro de 1988, apresentado sob o título “Pela Legislação Societária”, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceitos e, conseqüentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

2. Anteriormente, examinamos e emitimos nosso parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 1987, cujos valores estão apresentados para fins de comparação.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM em 31 de dezembro de 1988 e o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

4. As demonstrações financeiras complementares, expressas em moeda de poder aquisitivo constante e apresentadas sob o título “Pela Correção Integral”, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1988, foram submetidas a procedimentos adicionais de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias. Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras complementares representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM em 31 de dezembro de 1988 e o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade que fundamentam as demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante, aplicados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (Nota 2) para a apresentação dos efeitos inflacionários nas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1988

BOUCINHAS, CAMPOS & CLARO S/A  
CRC-SP-5.528-S-RJ

LUIZ SALLÉ KARAM  
Contador-CRC-RJ-33.215-8

# PARECERES DO CONSELHO FISCAL

## **SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório dos Administradores, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1988, já devidamente apreciados e com parecer favorável dos auditores independentes Boucinhas, Campos & Claro S/C, declaram a constatação da regularidade das contas e operações da Companhia no referido exercício.

Opinam, favoravelmente, sobre a proposta da Diretoria Executiva, quanto:

- I – Constituição da Reserva Legal de 5%, no montante de Cz\$9.783.821,16 (nove milhões, setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e vinte e um cruzados e dezesseis centavos), de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76;
- II – Pagamento de dividendos dos acionistas detentores de ações preferenciais e ordinárias (Arts. 202 e 203 da Lei nº 6.404/76 e Art. 10 § 3º, 4º e 5º do Estatuto da CPRM), na seguinte forma:
  - 1 – 6% sobre sua participação no Capital Social aos detentores de ações preferenciais . . . . . Cz\$ 89.599.249,32
  - 2 – 25% do lucro líquido rateados sobre sua participação no Capital Social aos detentores de ações ordinárias . Cz\$ 41.475.779,50

Cz\$131.075.028,82
- III – Constituição de Reserva Especial Estatutária no valor de Cz\$54.817.573,25 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, quinhentos e setenta e três cruzados e vinte e cinco centavos), na forma dos estatutos da CPRM, destinada ao custeio de seus programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico com o saldo remanescente do lucro líquido que, neste exercício, é inferior a 0,5% do Capital Social Integralizado, corrigido.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1989

JERONYMO MACHADO SOBRINHO

KLEBER FARIAS PINTO

SÉRGIO ALEXANDRE BARBOSA ARAÚJO

## **SOBRE O AUMENTO DE CAPITAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinaram e aprovaram as seguintes propostas dos administradores:

- a) Aumento do Capital Social integralizado de Cz\$1.515.981.629,32 (hum bilhão, quinhentos e quinze milhões, novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e vinte e nove cruzados e trinta e dois centavos) para Cz\$13.887.265.971,23 (treze bilhões, oitocentos e oitenta e sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e um cruzados e vinte e três centavos), mediante a capitalização de Cz\$12.371.284.341,31 (doze bilhões, trezentos e setenta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e um cruzados e trinta e um centavos), decorrente da “correção monetária do capital”, durante o ano de 1988, de acordo com o Art. 167 da Lei nº 6.404/76.
- b) Correção da expressão do Capital Autorizado de Cz\$1.937.825.518,33 (hum bilhão, novecentos e trinta e sete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e dezoito cruzados e trinta e três centavos) para Cz\$18.678.958.272,35 (dezoito bilhões, seiscentos e setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e dois cruzados e trinta e cinco centavos), sendo Cz\$16.741.132.754,02 (dezesesseis bilhões, setecentos e quarenta e um milhões, cento e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e quatro cruzados e dois centavos) relativos à Correção Monetária, mantendo-se a mesma proporcionalidade existente em dezembro de 1987, entre o Capital Autorizado e o Capital Realizado, de acordo com o Art. 168 § 2º, da Lei nº 6.404/76, com a alteração do parágrafo único do Art. 15 do Estatuto da CPRM.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1989

JERONYMO MACHADO SOBRINHO

KLEBER FARIAS PINTO

SÉRGIO ALEXANDRE BARBOSA ARAÚJO